

23 vagas para
o Seminário
de Carreira

Pág 2



Jurídico explica
PDV lançado
pelo governo

Pág 4



Ano XVIII | Edição 249 - 16 de outubro de 2017

CONTEXTO

BOLETIM INFORMATIVO DO SINASEFE



Seção Sindical IFSC

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A ÉTICA NÃO É NEUTRA



Reportagem publicada pela Seção Sindical no início de outubro revela dados sobre o trabalho da Comissão de Ética do IFSC e mostra que, também nesse caso, a neutralidade não existe.

Pág 3

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica – Seção Sindical IFSC.

Rua Nunes Machado, 94 – Ed. Tiradentes – 7º andar – Centro – Florianópolis/SC. CEP: 88.010-460. Fone (48) 3028-5787 e (48) 3028-2872. www.sinasefe-sc.org.br – twitter: @SinasefeIFSC. Facebook: www.facebook.com/sinasefe.

*Gestão 2015-2017
Conscientização,
Mobilização e Luta.*

Projeto Gráfico:
Flávia Destri Garcia.

Jornalista Responsável:
Luciano Faria (SC 363 JP).

DIRETORIA
COORDENAÇÃO GERAL
André Eitti Ogawa.
Paulo Henrique O. P. de Amorim

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Júlio Eduardo Bortolini
Obérti Eleandro Mayer
Fernanda Rosá

COORDENAÇÃO DE PESSOAL
Elenira Oliveira Vilela
Janaína Turcato Zanchin

**ASSUNTOS JURÍDICOS E FORMAÇÃO
POLÍTICA**
Daniela Cristina Kassner
Marcos Dorval Schmitz

**COMUNICAÇÃO E ATIVIDADES
CULTURAIS**
Felipe Ferreira Bem Silva

**COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS
EDUCACIONAIS**
Roberto Gonçalves Strelow

ARTICULAÇÃO NOS CÂMPUS
Oscar Raimundo dos S. Júnior

Seção abre 23 vagas para o Seminário de Carreira do Sinasefe

www.sinasefe.org.br

SEMINÁRIO DE CARREIRA SINASEFE

TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO FEDERAL: DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

1 a 3 de Novembro
Hotel San Marco
Brasília - DF

SINASEFE
Juntos
lutando com você

Duas atividades realizadas no Miniauditório do Câmpus Florianópolis-Continente do IFSC, no dia 6/10, debateram e aprovaram encaminhamentos importantes para três assuntos que ainda estavam pendentes na Seção Sindical. No início da tarde, a Plenária de Delegados aprovou deliberações para o Seminário Nacional de Carreira e a Festa do Dia do Servidor Público. Mais no final da tarde, a assembleia geral extraordinária definiu a contratação de uma nova opção de Plano de Saúde para os sindicalizados.

A Plenária contou com a participação de dois representantes do Sindicato dos Correios de Santa Catarina,

que vieram falar sobre a greve da categoria, encerrada naquele dia, por orientação nacional aprovada nas assembleias estaduais. Após a participação do Sintect/SC, a Plenária passou a debater a conjuntura atual do país, a partir da intervenção inicial feita pelo professor da UFSC e representante local do Andes, Wagner Damasceno.

Depois do debate, os delegados e delegadas dos sete câmpus presentes (Florianópolis-Centro, Florianópolis-Continente, Garopaba, Itajaí, Jaraguá do Sul, Reitoria e São Carlos) discutiram a forma de participação da Seção no Seminário Nacional de Carreira do Sinasefe, que vai acontecer em

Brasília, no período de 1 a 3 de novembro. Ficou definido que o sindicato vai abrir uma vaga para cada câmpus/reitoria, totalizando 23 representantes. Caso sobrem vagas, elas serão distribuídas aos demais câmpus, de forma decrescente, levando em conta o número de sindicalizados em cada um deles. As reuniões locais para escolha dos nomes que irão representar a Seção no Seminário de Carreira devem acontecer até o próximo dia 24 de outubro, com a indicação de, pelo menos, um suplente.

Sobre a Festa do Servidor, a Plenária decidiu manter o mesmo modelo adotado nos últimos dois anos, com confraternizações por Câmpus ou regionalizadas. A Seção vai repassar o valor de R\$ 55,00 por participante sindicalizado, mediante lista de presença e prestação de contas no prazo máximo de 15 dias. As confraternizações deverão ser realizadas até o dia 26 de novembro. Os aposentados vão se reunir em Florianópolis numa confraternização específica.



REPORTAGEM ESPECIAL

A ética não é neutra, muito menos no IFSC

Reportagem publicada pela Seção Sindical no início de outubro revela dados sobre o trabalho da Comissão de Ética do IFSC. Nos últimos dois anos, a Comissão registrou um aumento significativo do número de processos, a grande maioria motivada por reclamações feitas por membros da gestão e servidores. Em 2016 e 2017, foram 32 processos analisados, 23 deles no ano passado e nove até o último mês de agosto.

Uma pesquisa detalhada sobre cada um deles revela o perfil do trabalho realizado até aqui. A maior parte dos processos é movida por servidores contra servidores. Foram oito em 2016 e quatro em 2017. Nesses casos, ou eles foram arquivados ou geraram Acordo de Conduta Pessoal e Profissional (ACPP). Nesse período, apenas um resultou na aplicação da pena máxima, quando o denunciado recebe uma censura ética e fica com seu nome “pendurado” no Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, em Brasília, por três anos.

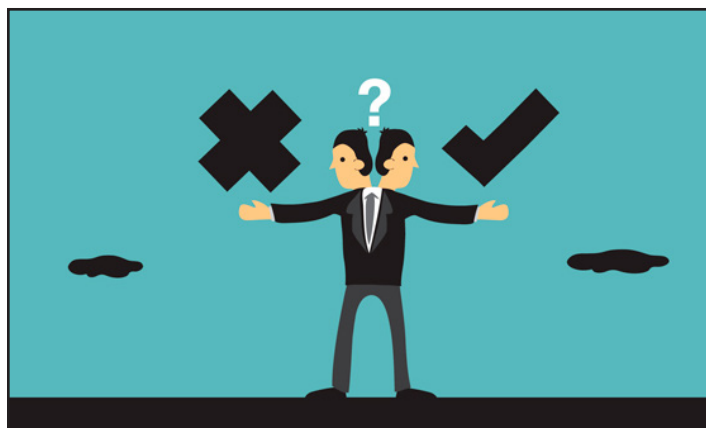
Os processos de servidores contra as chefias também são numerosos. Em 2016, foram sete reclamações. Seis foram arquivadas e apenas uma resultou em ACPP. Destas, cinco foram exclusivamente por suspeita de perseguição política por parte da gestão. Todas foram arquivadas. Já em 2017, foram dois processos, com um arquivamento e um ACPP para cada lado. Tratamento diferenciado,

perseguição política, desvio ético e questionamentos sobre a avaliação de estágio probatório foram as maiores queixas. Todas arquivadas.

A explicação para o crescimento vertiginoso do volume de trabalho da comissão de ética do IFSC, sobretudo nos últimos dois anos, passa por vários fatores, segundo seus membros, mas o principal parece estar ligado muito mais à negligência da gestão do que à eficiência da equipe. “Para não se comprometer, para não cumprir com sua obrigação de aplicar as regras da boa administração, muitos gestores acabam jogando tudo pra comissão de ética, querem que a comissão resolva problemas que são puramente administrativos, que poderiam ser facilmente solucionados por meio de conversas e diálogo entre os envolvidos”, explicam.

Procurada para falar sobre a polêmica Recomendação 001/2017, vista por muitos servidores como uma tentativa de censura e um atentado à liberdade de expressão, a Comissão de Ética se defende e diz que seu trabalho é mais educativo do que punitivo. A Comissão afirma também que a Reitoria não tem qualquer ingerência sobre o seu trabalho. “Assim como todas as comissões de ética dos demais órgãos da administração pública federal, somos subordinados à Comissão de Ética Pública (CEP), em Brasília, e não ao gabinete da Reitoria”, afirmam.

A Comissão também sustenta que seu trabalho



não mantém qualquer ligação com os Processos Administrativos Disciplinares (PADs) movidos pelo IFSC, mas admite que se uma denúncia contiver indício de crime ou infração administrativa, que extrapole a questão ética, nesse caso o processo poderá ser remetido à autoridade competente para as devidas providências legais. A assessoria jurídica do Sinasefe vai mais além e diz que em qualquer caso o trabalho da Comissão de Ética pode ser usado para a abertura de processos administrativos pela gestão, já que todas as instruções, documentos e provas podem ser solicitados pelas autoridades para o embasamento dos PADs.

A diretoria do sindicato, por outro lado, demonstra preocupação com o fato de a Reitoria ter usado a Comissão de Ética em seu discurso, no início do ano, como se esse órgão fosse um instrumento a ser usado “a todo vapor” contra aqueles que se opõem às medidas tomadas pela Direção do Instituto. A Direção do Sinasefe lembra ainda que

a chamada “recomendação do silêncio” foi publicada precisamente numa conjuntura de forte ataque do governo contra os servidores, que no IFSC se traduziram em medidas de punição à categoria por conta de sua participação na greve geral do dia 30 de junho, como o corte de salários, por exemplo. “A grande verdade é que está instalado hoje no IFSC um clima de vigilância permanente contra todos aqueles que ousam se opor às políticas do governo federal, ao mesmo tempo em que reina entre os gestores o mais absoluto silêncio em relação aos cortes orçamentários no Instituto e à destruição da educação pública no país”, afirma a DSS. “Por isso, é preciso ficar atento, a fim de evitar que órgãos pretensamente neutros sejam usados pela gestão como instrumentos de controle, censura e perseguição contra seus próprios servidores”, finaliza.

*A reportagem completa
você encontra no site
da Seção*

NOTAS

Assessoria Jurídica explica o PDV

Na mesma lógica desastrosa aplicada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no final da década de 90, o governo Temer lançou no dia 27 de julho, por meio da Medida Provisória nº 792, uma nova edição do Programa de Desligamento Voluntário (PDV) para os servidores públicos federais do poder Executivo. O objetivo, segundo o governo, é diminuir as despesas com a folha de pagamento do funcionalismo federal.

A assessoria jurídica da Seção Sindical produziu, no início de setembro, uma nota sobre o assunto, a partir de quatro questionamentos feitos pelo sindicato. Ela explica em detalhes todo o programa e sua leitura é indispensável, sobretudo para aqueles que, por qualquer motivo, estejam pensando em embarcar nessa aventura. A cartilha elaborada pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, intitulada “PDV: querem enganar você. Diga não”, também é outro material interessante para esclarecer dúvidas a respeito da armadilha montada pelo governo.

A matéria completa, contendo os links para os dois documentos, estão disponíveis no site da Seção.



Eleições sindicais

Assembleia Geral Ordinária, realizada no final da tarde do dia 22/09, no Câmpus São José, elegeu quatro membros para a comissão eleitoral da Seção IFSC do Sinasefe. A Comissão, formada pelos sindicalizados Jefferson Ferreira Lemes (Palhoça Bilíngue), Josiane Agostini (Continente), Júlio Bortolini (Jaraguá do Sul) e Marival Coan (Florianópolis-Centro), já iniciou os trabalhos visando à eleição da diretoria da entidade para o mandato que vai de 2017 a 2019.

Representantes

Realizado no dia 22/09, no Centro de Convivência do IFSC São José, o segundo Encontro de Representantes do Sindicato em 2017 reuniu servidores de nove câmpus,



discutiu o momento político atual do país, levantou informações sobre os eventos mais urgentes do calendário nacional do Sinasefe e encaminhou a questão dos planos de saúde da Seção. O debate sobre conjuntura contou com a participação do professor da rede municipal de ensino de Florianópolis, Carlos Müller, representante da Central Sindical e Popular – CSP Conlutas. O policial militar da reserva, Sargento Amauri Soares, falou pela Intersindical – Central da Classe Trabalhadora.

Uniplan

As mensalidades do Plano de Saúde Uniplan, da Unimed, foram reajustadas neste mês de outubro em 5%. O índice foi negociado com entre a Diretoria do Sindicato e a Unimed ao longo do último mês de setembro. A proposta inicial da Unimed era de um aumento de 13,55%, mesmo índice determinado pela ANS para os contratos individuais. No processo de negociação, entretanto, após apresentação de vários argumentos por parte do sindicato, o acordo acabou sendo fechado em 5%.

Plano de Saúde

No final da tarde do último dia 6/10, logo após a Plenária de Delegados, a Seção Sindical IFSC realizou assembleia geral com pauta única, para discutir a situação dos Planos de Saúde oferecidos pelo Sindicato. Representantes de três operadoras (Geap, Unimed/IBBCA e Agemed) apresentaram suas propostas, tiraram dúvidas e responderam diversos questionamentos dos sindicalizados. No final, foi aprovada, por unanimidade, a celebração de contrato com a Agemed, a fim de oferecer mais uma opção de plano de saúde à categoria. O fechamento do contrato, no entanto, ainda depende de aval da assessoria jurídica. O contrato atual com a Unimed/IBBCA será

